



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.707, DE 2011

(Do Sr. Luiz Nishimori)

Revoga o §3º do art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de suprimir o crime de receptação em sua forma culposa.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-779/1995.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei revoga o §3.º do art. 180 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de suprimir o crime de receptação em sua forma culposa.

Art. 2º. Fica revogado o §3º do art. 180 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto que ora apresento tem por objetivo adequar a pena prevista para o crime de receptação com a realidade hoje vivida.

Não é raro vermos locais em que se sabe que os produtos expostos à venda são roubados ou outras situações similares, como por exemplo, pessoas vendendo poucas ou apenas uma mercadoria no trânsito, no sinal vermelho.

O comércio de coisas roubadas ou furtadas, infelizmente, existe no país e necessita ser duramente combatido. O Código Penal tipifica, no *caput* do art. 180, a receptação como a conduta de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

No §1º do mesmo artigo, descreve a figura da receptação qualificada, com pena prevista de reclusão de três a oito anos, e multa.

Finalmente dispõe, no §3.º, sobre a receptação culposa, quando o agente, pela natureza da coisa, a desproporção entre o valor e o preço e a condição de quem oferece a coisa, deve presumi-la obtida por meio criminoso.

É precisamente a pena para esta última conduta que penso deva ser modificada. A lei, nesses casos, prevê pena de detenção de um mês a um ano ou multa.

Ora, esta pena é praticamente inexistente! Quando há a mínima possibilidade de que a coisa oferecida seja roubada, a sanção tem de ser severa, caso contrário não possui nenhum efeito intimidatório.

Se bem analisarmos, veremos que não há muita diferença entre a conduta de vender objeto roubado e comprar um que pelas circunstâncias se presume ser roubado. Não sendo díspares as condutas, não há razão para a previsão de crime na forma culposa, que com sua pena é quase um estímulo à conduta delituosa.

Na forma ora proposta, qualquer um que comprar mercadoria roubada passa a responder pelo crime de receptação, podendo ser condenado de um a quatro anos de reclusão e multa.

É necessário que tenhamos leis mais eficazes para coibir o crime, razão pela qual conto com o apoio dos ilustres Pares para aprovação deste PL.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2011.

Deputado LUIZ NISHIMORI

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

.....

PARTE ESPECIAL

(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa" de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984)

**TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

.....

**CAPÍTULO VII
DA RECEPÇÃO**

Receptação

Art. 180. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

Receptação qualificada

§ 1º Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

§ 2º Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

§ 3º Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

§ 4º A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.346, de 03/11/1967 e com nova redação dada pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

§ 5º Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

§ 6º Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no *caput* deste artigo aplica-se em dobro. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996*)

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

II - do ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
